

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017 DA REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA – TERCEIRA PARTE.**

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, com início previsto para as oito horas e trinta minutos, na Escola Superior de Advocacia, localizada na Rua Cento e Um, número cento e vinte e três, Setor Sul, Goiânia, reuniram-se os membros da Comissão Executiva do Plano Diretor, o Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Superintendente de Planejamento Urbano e Gestão Sustentável, Henrique Alves Luiz Pereira, e diversos segmentos da sociedade organizada, conforme assinatura em lista de frequência, em atendimento ao Chamamento publicado no *blog* do Plano Diretor de Goiânia<<http://goianiadofuturo.blog/>> e em Jornal de grande circulação, no dia doze de novembro de dois mil e dezessete, para a primeira Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Goiânia, promovida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, com a finalidade de deliberar sobre a mencionada revisão. Esta primeira audiência foi dividida em quatro etapas, a primeira e segunda parte aconteceram no dia treze de novembro de dois mil e dezessete, e hoje, ocorrerá a terceira, na parte da manhã e a quarta parte no período da tarde. A audiência teve como pauta, nesta terceira parte, apresentações de dois eixos do Plano Diretor, seguidas por debates. A audiência iniciou às nove horas e sete minutos. Os presentes foram convidados a tomarem seus assentos pelo cerimonialista Willian de Assunção Silva Queiroz, que passou a palavra de abertura ao Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor, Henrique Alves Luiz Pereira, que cumprimentou toda equipe do Plano Diretor e presentes e convidou o Coordenador Técnico do Eixo de Desenvolvimento Humano Ariel Silveira de Viveiros. Ariel Viveiros apresentou a equipe de trabalho e informou suas respectivas qualificações. Agradeceu a presença de todos e relatou com o que se deparou ao iniciar os trabalhos, informando que abrangem mais que habitação, segurança, educação e saúde. Através do diagnóstico mostrou uma proposta de modificação. Enfatizou que seu eixo tem contato com todos os outros eixos da revisão do Plano Diretor de Goiânia, informou ainda que o eixo de Desenvolvimento Humano o diagnóstico no primeiro momento junto com as demandas nas secretarias e como isso rebate no território. Discorreu sobre Assistência Social, mapeamento regionalizado para serviços da rede e programa municipal de acesso ao trabalho, visando dar mais oportunidade para diminuir a desigualdade.

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Ao falar sobre cultura, esporte e lazer, propõe criar e implantar o programa do patrimônio imaterial do município de Goiânia e para ocupar os vazios urbanos e áreas públicas propõe implantar atividades de cultura e lazer. Disse que intenciona a retomada de programa de implantação de equipamentos esportivos, culturais e lazer, bem como, o plano de ocupação dos setores Central e Sul de Goiânia e Agenda Cultural permanente desejando “Criar iniciativas culturais”. Sobre a segurança e defesa social visa à garantia de áreas afetadas às unidades da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, o fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, uma Rede de Monitoramento Municipal das áreas de risco e a abordagem da temática sobre a ótica da segurança urbana (sensação de segurança na cidade). Informou ainda que as áreas de risco foram identificadas onde a população não tem o atendimento adequado e buscando esses locais para favorecer a segurança, tráfego tranquilo e aumentar a sensação de segurança. Ao tratar de equipamentos públicos, abordou a convergência nas reivindicações dos órgãos setoriais visando seguir planos e programas setoriais, garantir a manutenção das áreas públicas municipais, construir equipamentos públicos, vincular os equipamentos e áreas públicas às Parcerias Público-Privadas, reduzir a ocupação de prédios públicos via aluguel, controlar as cessões e permissões de uso informando que se deve definir critérios para quem realmente tem o direito ou necessidade de ocupar aquele espaço público, pensando na dinâmica da cidade que é crescente. Há a possibilidade de cobrança de aluguel de áreas públicas, em caso de autorização de uso (temporário) a grandes eventos, a adequação do dimensionamento das áreas (adequação e facilidade na aquisição de emendas federais) e a definição das nomenclaturas de destinação. Para o controle de áreas públicas, relatou a existência de um programa em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia, com objetivo de evitar dois equipamentos públicos como escola no mesmo raio, facilitar a discussão na pré-aprovação dos novos parcelamentos, compatibilizar o sistema de transportes com outros equipamentos, criar plano de controle e a manutenção das áreas públicas. Enfatizou que outro critério do eixo é destinar ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano as verbas de alienações. Discorreu sobre a rede de estruturação local através de planos de intervenção urbana coordenado pela Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação. E por fim, fala sobre a habitação e regularização fundiária, como a manutenção das Áreas Especiais de Interesse Social e compatibilização com as legislações vigentes. Posteriormente explica a Lei Federal número onze mil, oitocentos e oitenta e oito, que trata da assistência Técnica.

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Apresentam alterações na Lei número oito mil quinhentos e trinta e quatro de dois mil e sete, que trata do banco de lotes e estabelece obrigatoriedade de doação de quinze a vinte e cinco por cento para áreas adicionadas no perímetro urbano. Com a extinção do banco de lotes, sugere o programa de cota solidária nos novos parcelamentos. Empreendimentos com mais de quinze mil metros quadrados poderá converter cinco por cento de área construída computável para Habitação de Interesse Social e as alternativas seriam: Construção de Empreendimentos Habitação de Interesse Social, com no mínimo cinco por cento da área construída computável, na mesma Região Administrativa; Doar terreno com cinco por cento do valor da área total do terreno do empreendimento, na mesma Região Administrativa; Depositar no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social cinco por cento do valor da área total do terreno do empreendimento, informando ainda que área doada não será considerada na área computável no cálculo da Outorga Onerosa. Finalizou a apresentação e passou a palavra ao Coordenador Técnico do Eixo de Desenvolvimento Econômico Luciano Gomes do Prado, que apresentou sua equipe de trabalho e informou suas respectivas qualificações. Agradeceu a todos e relatou com o que se deparou ao iniciar os trabalhos de revisão, informando que vai tratar diretamente do prognóstico. Exemplificou com a fala do Sérgio Wiederhecker sobre o tema do dia anterior mobilidade, para justificar a proposta do tema do eixo de desenvolvimento econômico. A ideia geral vai ser mantida, tem que dar mecanismos, propiciar para que as atividades econômicas sejam utilizadas e exercidas sem incentivar o uso do veículo, porque na filosofia atual, quando a regra implementada pela Lei número oito mil seiscentos e dezessete, Lei de Parâmetro Urbanístico a qual estabelece que acima de sessenta metros quadrados, regra geral, tem regras específicas, mas acima de sessenta metros quadrados é exigido uma vaga a cada noventa metros. As atividades econômicas são estimuladas e forçadas a terem internamente áreas de estacionamento, mas como que se força a atividade econômica a ter área de estacionamento se quer estimular o uso do transporte coletivo, ciclovias e faixa de caminhada? É contrassenso. Sugere-se que ao longo dos corredores integrantes da rede estrutural do transporte coletivo, nos eixos exclusivos e preferenciais e nas Áreas Especial de Interesses Sociais, a isenção de vagas de estacionamento para atividade econômica com áreas ocupadas, não a área não-edificada que é diferente. A área ocupada é área efetivada, desempenhada pela atividade até cento e oitenta metros quadrados, pode-se garantir que dá mais de setenta por cento das atividades, é uma forma de desestimular o não uso dos veículos. E nas Áreas Especial de Interesses Sociais, é uma forma de estimular o uso misto,

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

principalmente em áreas onde tem mais habitação, e isso será falado posteriormente. Outra questão importante para o desenvolvimento econômico é o estímulo das fachadas ativas. Estas visam incentivar o comércio e os serviços locais. Os usos econômicos não contam como área construída e são isentos do cálculo do coeficiente de aproveitamento básico e oneroso. Propõe incentivar a ocupação dos vazios urbanos com atividades de uso misto, havendo flexibilização de parâmetros, principalmente para as atividades econômicas. Mecanismos de estímulos, para a criação de novos pólos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais por meio de incentivos fiscais e parâmetros diferenciados. Transformar o Programa Estação Digital (Lei número oito mil quatrocentos e dois do ano de dois mil e seis) em Arranjo Produtivo Local de Tecnologia na região central. Tendo em vista que quanto mais perto da residência tiver serviços, menor será o uso do veículo. Relatou também a questão da mobilidade em Goiânia, hoje há setecentos e setenta e cinco bairros em Goiânia, desse total, dez bairros: Setor Central, Setor Bueno, Setor Jardim América, Setor Oeste, Setor Norte Ferroviário, Setor Campinas, Setor Marista, Setor Sul, Setor Aeroporto e Setor Pedro Ludovico, concentram trinta e sete vírgula oito por cento das atividades econômicas cadastradas no município. Afirmou que não tem mobilidade que sustente. E apresenta como estímulo a criação de novos pólos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais por meio de incentivos fiscais e parâmetros diferenciados. Implementar o Pólo Industrial e de Serviços do ramo de reciclagem de resíduos sólidos e da construção civil e de lavanderias industriais e hospitalares, na área limdeira ao aterro sanitário, previsto no artigo duzentos e vinte e três do Plano Diretor vigente, e implementar o arranjo produtivo local Moda Goiânia como ferramenta de estruturação das atividades econômicas, previsto no Decreto número dois mil setecentos e oitenta e cinco do ano de dois mil e dezesseis. Sobre os incentivos fiscais, disse que poderão ser aplicados, mediante lei específica, nas seguintes áreas, entre outras: Revitalização de fachadas em edificações localizadas em áreas tombadas pelo patrimonio histórico, buscando valorizar o estilo arquitetônico Art Déco, Revitalização do Centro de Goiânia, Estímulo às atividades de tecnologia, Prática de construção sustentável, Construção de edifício garagem e estacionamento subterrâneo, bem como as atividades de estacionamento de veículos. Sobre emprego e renda propõe: Estimular e garantir a instalação das atividades econômicas em todas as áreas do território do Município, como mecanismo de promover a distribuição igualitária das oportunidades de emprego próximas à moradia; articular ações para a ampliação da capacitação profissional e empreendedora. Estimular o funcionamento das

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

atividades econômicas tanto no período diurno quanto noturno, respeitadas as regras mínimas de sossego público previstas no Código de Posturas. Nenhuma atividade industrial em Goiânia de acordo com o Código de Posturas pode trabalhar no período noturno. Se for cumprir a Lei a ferro e fogo estará causando um problema econômico terrível. Assegurou que tem atividade que não pode parar, tem que ser vinte e quatro horas por dia, que o poder público não pode desestimular a economia, tem que motivar. Sugeriu ainda a criação de horários alternativos para empresas, criar mecanismo que não impeçam essas atividades de acontecerem. Fez uma explanação sobre a média de abertura de empresas em outros países e a média do município de Goiânia. Informou também que a prefeitura de Goiânia não tem controle sobre os cadastros de microempreendedor individual e cita a implementação de instrumentos como ferramentas para a desburocratização, relatando os instrumentos para que o cadastro e licenciamento de empresários e pessoas jurídicas sejam simplificados, racionalizados e uniformizados, que inclui: cadastro único; digitalização de processos; ampliação dos serviços pela internet; integração à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios. Promover tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para os microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, em contratações. Informou que a figura do Plano Diretor tratou do aerotrópole, mas não citou no texto da área do entorno do aeroporto de Goiânia. Implantar a Aerotrópole no entorno do Aeroporto Santa Genoveva buscando incentivar a abertura e o funcionamento de empresas com vínculo econômico e próximas ao modal aéreo, garantindo ganhos de competitividade, logística, mobilidade, geração de emprego e renda. Ampliação para as atividades com Grau de Incomodidade dois e três nas Unidades de Uso Sustentável (Área de Ocupação Sustentável). Implementar instrumentos para que as atividades econômicas de baixo grau de risco obtenham o licenciamento mediante o simples fornecimento de dados e declarações do titular ou responsável. Relatou outra modalidade apresentada pelo eixo de Desenvolvimento Econômico são as feiras. Sobre as feiras, apresenta alternativa de estruturar e qualificar os feirantes e as feiras do Município, bem como as demais áreas públicas onde sejam desenvolvidas atividades econômicas, de forma a se tornarem espaços de atividades capazes de contribuir com os aspectos econômicos e desestimular a instalação de novas feiras em vias públicas como forma de melhorar a mobilidade urbana. Em relação ao Turismo, informa que Goiânia é referência em saúde humana, chama se de turismo de saúde. Sobre o turismo faz uma explanação de Goiânia, informando o intuito de criar instrumentos para

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

aumentar a permanência do visitante no Município, promovendo interações entre eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e agroecoturismo como ferramenta para o desenvolvimento do turismo. Informou que Goiânia em relação ao comércio tem Índice de Competitividade de Turismo Nacional Nível Quatro, com base nisso, apresentou na proposta de revisão reforçar a posição da cidade como pólo de negócios e eventos, ampliando e melhorando a infraestrutura e os espaços destinados a exposições e congressos; além de incentivar o desenvolvimento da economia criativa, da economia verde e das tecnologias de informação e comunicação; atualizar e executar o Plano Municipal de Turismo; criar instrumentos para aumentar a permanência do visitante no Município. Sobre as atividades rurais propõe promover o desenvolvimento sustentável das Macrozonas Rurais com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, incentivar o desenvolvimento das iniciativas coletivas, visando consolidar a economia solidária, associativa e cooperada; institucionalizar as normas de uso e ocupação do solo nas Macrozonas Rurais do Município, prevendo parâmetros para o desenvolvimento das atividades econômicas. Sobre a fiscalização propõe que seja criada uma seção específica sobre fiscalização dentro do capítulo da Gestão Urbana, prevendo matérias comuns de todas as fiscalizações, promovendo ordenamento urbano e efetividade na aplicação do Plano Diretor. Propõe a divisão dos recursos das taxas referentes às normas urbanísticas, edilícias e de posturas, bem como as multas dela decorrentes, entre o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (a Lei número oito mil quatrocentos e oitenta e sete, de seis de dezembro de dois mil e seis, prevê que todos os recursos vão para Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social). Prevê a destinação de parte dos recursos provenientes das taxas relativas às normas urbanísticas, edilícias e de posturas para o aprimoramento e estruturação da fiscalização urbana, por ser quem detém o poder de polícia para fiscalizar as matérias em pauta e como forma de resguardar instrumentos mínimos de controle. Finaliza dizendo que deve se mudar a realidade financeira ou o Plano não será aplicado. Agradeceu a atenção de todos e abriu para os debates. Marcelo Safadi acha que independentemente do preconceito da Villa Mix, hoje o problema principal do pólo de música sertaneja, e também de eventos, é a falta de diretrizes sobre a questão, do marco regulatório de eventos que é o funcionamento. Nem sempre se consegue fazer eventos no perímetro urbano, porque o limite de decibéis apresentado é o equivalente a uma sala de aula das pessoas falando. Daí a importância da adequação da norma de postura para realmente

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

transformar Goiânia na capital de eventos. Sobre o turismo só é importante dizer que muitas vezes os dados do Brasil perdem para o turismo internacional, mas o Brasil deve ser o terceiro ou quarto país do mundo no turismo interno. Acha ainda que falta desenvolvimento econômico na cidade. Sugere que aja nos parcelamentos um percentual de diferentes destinações de áreas, usos e lotes vinculados a área comercial. Também percebeu que a grande mobilidade de fluxo do emprego está ligada às atividades e serviços públicos, consequentemente levando junto uma cadeia produtiva. Dá o exemplo do Paço Municipal, e outros órgãos públicos, que trouxeram uma realidade de crescimento para o Parque Lozandes. A vinculação da área de desenvolvimento econômico com a área de serviços públicos é algo fundamental. Safadi acha que nesse momento é muito importante estimular a parceria com os municípios vizinhos, criando interfaces urbanas, estimulando o desenvolvimento econômico. Safadi sugere para o centro de Goiânia atividades econômicas ligadas à melhor idade, para diminuir o uso de carro. Parabenizou a vontade da equipe em romper com esses velhos paradigmas e estar dentro de uma nova dinâmica econômica e social. Gabriel da Agência Municipal do Meio Ambiente, perguntou a Ariel sobre o monitoramento de áreas públicas, porque não inserir a parte ambiental e Área de Preservação Permanente, dentre outros no monitoramento? E ver se tem como aumentar a permeabilidade entre quinze e vinte por cento. Sobre a apresentação do Luciano relatou que o município está perdendo participação no Produto Interno Bruto, falando que os outros municípios estão investindo em pólo industrial na região metropolitana. Luciano Gomes respondendo a fala do Marcelo, estabelecer normas para estimular eventos e sobre os decibéis tem que ser tratado no Código de Posturas. Já em relação ao Pólo de Eventos falou que o difícil é achar uma área que não tenha tanto impacto sonoro. Com relação às regras, para incentivar o uso misto de atividades econômicas no parcelamento, achou a proposta muito interessante, já tinham pensado nisso também e anotou para discutir com a coordenadora Germana e sua equipe, para ver como poderiam implementar. Quanto a considerar a atividade de serviços públicos como importante papel da atividade econômica, diz não tem como negar isso. Com relação ao que o Gabriel falou dos pólos em outros municípios, ele não tem como desconsiderar isso não, é importante. As empresas fazem os loteamentos no limite de Goiânia e não há atividade econômica alguma, o pólo que foi construído por Aparecida não é próximo ao limite de Goiânia, porém estão melhorando a redação atual do Plano Diretor que fala dessa cooperação das atividades econômicas com os demais municípios da Região Metropolitana. A preocupação é de se

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

perdendo em arrecadação, perde-se em investimento. Henrique Alves esclareceu em relação a questão de estacionamento, já existe uma restrição de estacionamento no Centro e isso deve permanecer. Ariel responde à questão que o Gabriel levantou, afirmando a necessidade de se ter controle nas áreas públicas e apontou as divergências em três departamentos da prefeitura, esclarecendo que há uma tentativa de corrigir isso. Henrique Alves disse que tratará os Índices de Áreas Públicas na lei de ordenamento. Frederico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia, questiona sobre a questão da mobilidade, construções e proibições de vagas, não colocar estacionamento e a questão de melhoria do transporte público a preocupação é essa e onde que o Plano Diretor tem essa cobrança de melhorias do transporte público. Osmar, Sociólogo da Universidade Federal de Goiás faz uma observação sobre a professora Raquel Rolnik e manifesta sua preocupação sobre o centro e a periferia, parabenizou por não jogar a violência como sendo um problema apenas da periferia, disse sobre a questão do Setor Central de Goiânia e aproveitamento dos prédios antigos do Centro da década de 60 e 70 e cita o exemplo do Hotel Presidente na Avenida Anhanguera, que está parado há anos e as normas de estacionamento impedem que ele seja transformado em *kitnets*. Sugeriu tratar as normas e a condições não só para novos prédios, mas para os antigos também. Na questão do transporte coletivo e corredores, que as regras são criadas geralmente antes que a comunidade tenha conhecimento. E quanto aos corredores de transportes, foram criados a serem perpetuados, eles beneficia moradores de poder aquisitivo alto que jamais utilizarão o transporte coletivo da forma que está. Luciano Gomes respondeu que em relação ao transporte coletivo o Plano Diretor traça o caminho para que todos andem juntos e depende de capacidade financeira. Afirmou que o próprio órgão da Administração Municipal não lê o Plano Diretor para aplicar, são culturas que precisam mudar. Responde ao Senhor Osmar, sobre a questão dos prédios antigos, com regras mais adequadas, como o Henrique falou, tenta-se trabalhar um pacote de medidas dentro do Plano Diretor, e todos os eixos trabalham a questão do Centro, e uma delas é o estímulo das atividades econômicas na região Central, esclareceu ainda que para derrubar os bens tombados há uma série de trâmites a serem seguidos. Henrique Alves endossou que o Plano Diretor tem que andar juntos nos diversos eixos, explanou sobre a apresentação do Sérgio Wiederhecker e falou sobre a questão do Setor Central e áreas tombadas fazendo uma prévia do que será apresentado no eixo de Ordenamento Territorial, passando então a palavra para Ariel Viveiros. Ariel relatou a necessidade de conservar os bens patrimoniais e informou que

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

Goiânia é uma cidade nova e a Prefeitura não pode impedir que o proprietário faça o que é de direito dele, até que haja o tombamento do imóvel. Danharada Arquidiocese de Goiânia relatou sua preocupação com a inclusão social, violência, educação e feminicídio e sugeriu a criação de centros de proteção para mulheres. Discorreu também sobre a questão do acesso à cultura nos bairros distantes, e sugeriu a inclusão cultural para moradores de rua. Ozias Vieira sobre a questão das ocupações, o prefeito chamou de ocupações consolidadas, que foram chamadas também de forma depreciativa por invasões, ele mora em uma delas, os moradores não consideram que seja invasão, porque onde mora está completando sessenta anos e gostaria que fosse regularizado, e que seja feito a regularização fundiária em todas as áreas de Goiânia. Solicita que se coloquem no plano todas as áreas de ocupação fundiária. Afirmou que os moradores que moram nessas áreas estão sofrendo de depressão e diz que tem um decreto prevendo a saída deles dessas áreas, sem direito a indenização. Enfatizou que é falta de educação não reconhecer as pessoas que moram nessas áreas há mais de quarenta anos. Ariel respondeu a Danhara informando que buscou identificar pontos de vulnerabilidade social, e não apenas ambiental, e que o intuito é tratar ambos em comum acordo. Em relação às políticas públicas, informou que são tratadas nas setoriais, como a Casa da Mulher junto com ações setoriais, orientando que isso não cabe ao plano. Relatou ainda que a Secretaria de Assistência Social precisa de investimento para desenvolver soluções para a questão dos moradores de rua. E respondeu ao senhor Ozias que as áreas ocupadas precisam ser estudadas para serem compatibilizadas conforme nova lei. Henrique Alves respondeu que a questão das Áreas Especiais de Interesse Social, elas ocorrem em toda malha urbana e é interesse do Plano que elas ocorram em todos os eixos do transporte coletivo para evitar segregação. Luciano Caixeta, arquiteto Urbanista, em relação ao que o Ariel Viveiros expôs sobre a cota solidária, embora a ideia seja muito interessante, informou que parece mais uma licença onerosa é que é uma questão mais de uso do solo. Com relação à questão do transporte coletivo imaginava que 10 anos depois estaria sendo colocadas outras questões, e pergunta se a ideia do transporte coletivo casado com o desenvolvimento econômico funcionou. E em relação ao parque agropecuário que ações o Plano Diretor tem para que esse parque saia daquela região? Jorge, Estudante da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, comenta sobre o espraiamento da cidade, Ariel Viveiros em relação ao Setor Central e aos demais bairros falou sobre a utilização em “relação à escala do lote” citou o exemplo do Alto da Glória que tem uma quadra colada na outra. Disse que está no momento de começar a pensar na escala da quadra,

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

para que as pessoas possam circular, que deveria pensar em ter maiores áreas permeáveis e criar mais espaços de convivência. Respondeu a Luciano Caixeta que em relação à cota solidária talvez não tenha ficado claro, mas não é um novo mecanismo oneroso, pelo contrário, a parcela que se destinará à habitação será descontada da área computável, que é calculada a licença onerosa e não será aplicada para parcelamento em Áreas Especiais de Interesse Social. Em relação às observações do Jorge, informou que a Germana tratará na apresentação da tarde. Luciano Gomes respondeu sobre a questão do transporte coletivo, se fracassou, informou que não. E explicou sobre o uso de transporte coletivo nas vias do Novo Horizonte, na Avenida Mangalô no Setor Sol Nascente e do Jardim Nova Esperança e que a preocupação é de incentivar ainda mais e que um plano diretor não se aplica em 10 anos. Discorreu sobre a questão do Parque Agropecuário informando que tem um impacto urbanístico, mas que não podem tirar a atividade porque esta gera empregos diretos e indiretos, do ponto de vista econômico é muito bom para a cidade. Henrique Alves disse que a área é particular e foi doada com restrição de uso para a instituição Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura e que se ela sair do local onde está hoje a área voltará para a família porque foi doada para uso da agropecuária. Se ela sair, não vai ter área para fazer exposição agropecuária, o que tem um grande impacto na área econômica no município. Graça Pimentel, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, engenheira agrônoma, falou para Luciano Gomes que a apresentação dele foi muito boa, que Goiânia tem capacidade para indústria, mas a cidade se negou a ser capital das chaminés. Enfatizou que se Luciano conseguir implantar o que apresentou irá resolver muita coisa na nossa cidade. Com relação ao meio ambiente, tem que melhorar um pouco. Quanto ao que o Ariel Viveiros informou tem que ver a questão do banco de lotes em relação ao jurídico. Zacarias, engenheiro civil destacou as vagas de garagem no Setor Central, se o grupo do eixo apresentado chegou a pensar nos edifícios residenciais com vagas zero. Débora, arquiteta e urbanista, sobre a cota solidária, informou que faz parte de uma empresa com menos área construída em Goiânia, e que estão com obras fechadas por falta de recursos, e que o caminho não seria esse. Ariel Viveiros responde a Graça Pimentel, que em relação à segurança jurídica, a cota solidária seria em relação a áreas públicas e que Senador Canedo estava tendo o problema em relação a isso. E que é para ampliação da destinação de área verde, equipamento e habitação. E que hoje, em Goiânia, trinta e cinco por cento do solo parcelado são destinados a áreas públicas. Respondeu para Débora que em relação aos empreendimentos, não é onerar, é transformar

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação
Comissão Executiva do Plano Diretor

para compatibilizar com a cota solidária e fazer com que o empreendedor e o construtor façam parte deste programa social. Falou que a área deve ser vinculada a região administrativa do empreendimento. Luciano Gomes, em relação a vagas zeros nos residenciais, informou que o plano diretor não está pensando nisso, e que a melhoria tem que acompanhar com outras infraestruturas urbanas e que a intenção é de levar o morador para essa região, mas tem os limites de vagas de garagem e se ele quiser colocar a mais, ele tem que pagar por isso. Sem mais participações Henrique Alves agradeceu a todos os presentes, convidando-os a participarem da última parte da Audiência, no período da tarde, e encerrou a terceira parte da Audiência Pública às doze horas e treze minutos. Nós, Clésia de Jesus do Nascimento Oliveira e Nathan Araújo Mendonça e Simone do Nascimento Costa, lavramos a presente ata, que assinamos juntamente com Henrique Alves Luiz Pereira, Coordenador Geral da Comissão Executiva do Plano Diretor e Janamaina Costa Bezerra de Azevedo, Coordenadora Operacional da referida Comissão.

